

Obrigado senhora Presidente da Assembleia da República por me conceder a palavra nesta fase do nosso debate em torno da Conta Geral do Estado referente ao exercício económico de 2018.

Mas, antes de entrar propriamente no debate, permita-me Senhora Presidente que a felicite pela forma tão sábia, ponderada e equidistante como Vossa Excelência tem estado a dirigir os trabalhos desta casa tendo já, em tão pouco tempo, conquistado a maior admiração, respeito e carinho de todos nós.

Auguramos-lhe um mandato de muitos sucessos. Parabéns senhora Presidente.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Senhor Primeiro Ministro

Ministros e Vice-Ministros

Deputados

Excelências,

Das várias intervenções até aqui feitas, transparece um claro reconhecimento da maioria dos deputados de que o exercício económico de 2018 ocorreu num contexto difícil, adverso e atípico, tal como vinha a acontecer nos anos anteriores do quinquênio (2015, 2016, 2017).

Os factores adversos que impactaram negativamente no cumprimento dos objectivos estratégicos e metas definidos são sobejamente conhecidos e podemos:

- As calamidades naturais cíclicas, nomeadamente cheias, seca, ciclones;
- Os ataques armados dos malfeitores da RENAMO na zona centro;
- Os ataques armados dos malfeitores na província de Cabo Delgado;

- A conjuntura global marcada pela desaceleração, ou mesmo recessão, da economia mundial, e a crise financeira internacional.

Todos estes factores tiveram, e continuam a ter, um impacto negativo no desempenho económico do país. E qualquer análise que estejamos a fazer do desempenho do Governo devemos tomar em conta esta realidade objectiva.

É justo reconhecer que, na generalidade, a presente Conta foi elaborada obedecendo aos doutos preceitos e princípios da Constituição e da Lei, em particular no que respeita ao cumprimento de prazos e procedimentos formais.

Saúdo o Tribunal Administrativo pela análise profunda, séria e isenta da Conta Geral do Estado sustentada pelas auditorias realizadas a alguns órgãos e instituições aos níveis central, provincial, distrital e autárquico.

O Relatório e Parecer do Tribunal Administrativo permitem-nos visualizar, com base nas 23 auditorias, a realidade que carectariza as instituições públicas, os progressos, as deficiências e as irregularidades que ainda persistem na execução do Orçamento do Estado.

Queremos reiterar aqui que nós, a FRELIMO, sempre pugnamos pela gestão criteriosa e transparente da coisa pública e enaltecemos a acção do Tribunal Administrativo no reforço da fiscalização prévia e sucessiva dos actos administrativos, em particular no que respeita a gestão do Orçamento do Estado.

No entanto, uma análise cuidadosa do Relatório e do Parecer sobre a Conta em debate depreende-se que embora algumas das deficiências detectadas pelas auditorias consubstanciem a violação da Lei Orçamental e da Lei do Sistema da Administração Financeira do Estado (SISTAFE), nem todas as deficiências podem ser consideradas actos de corrupção como alguns colegas estão a insistir aqui.

Na definição clássica, de autores como Joseph Klitgaard, Susan Rose-Ackerman e outros, a corrupção “é uso de cargo público para apropriação indevida de recursos públicos para fins pessoais ou privados”.

Por exemplo, sobre os resultados das auditorias, a folhas VI-27 do seu Relatório, o Tribunal Administrativo refere no ponto 6.8.1- Aspectos Gerais, mais concretamente na alínea c) que “efectuaram-se despesas de anos anteriores com as dotações do exercício económico de 2018, sem a correspondente inscrição nas verbas de Exercícios Findos, conforme se apresenta no Quadro nº VI.25”.

Aqui o problema é a “não inscrição numa verba contabilística própria”. Nem é se quer uma situação de desvio de aplicação.

Mas há outras situações idênticas que denotam irregularidades de procedimentos. No mesmo ponto 6.8.1, alínea d) o Tribunal aponta que “foram contabilizadas despesas de 112.807.790,08 Meticais em verbas incorrectas”. Embora esta situação possa configurar um desvio de aplicação, que de per se constitui infração financeira, aqui também não podemos falar de corrupção naquela asserção clássica de que falamos há bocado.

Apenas uma leitura tendenciosa e eivada de má fé pode equiparar as deficiências referidas pelo Tribunal Administrativo nesta Conta a actos de corrupção. Não restam dúvidas de que se trata de uma infracção financeira, mas nem todas as infracções financeiras são actos de corrupção.

Para quem nunca geriu nada pode pensar de uma forma tão simples assim. Mas é um facto que por vezes o gestor público pode ser sancionado solidariamente com um subordinado que cometeu um erro de escrituração porque é assim que a Lei manda.

Excelências,

Todo este exercício de fiscalização pelo Tribunal Administrativo e pela Assembleia da República, que o fazemos por imperativo do artigo 130 da Constituição da República, visa precisamente detetar e corrigir este tipo de situações que sempre acontecerão num processo em que intervêm milhares de instituições e dezenas de milhares de funcionários e agentes de Estado.

Deve estar claro para todos nós que o Relatório e o Parecer do Tribunal Administrativo são alguns dos pressupostos, ainda que muito relevantes, da avaliação que devemos fazer do conjunto do desempenho do Governo num determinado exercício económico, com base na execução do Plano Económico e Social e do respectivo Orçamento.

É por isso que nós os deputados, em Comissões ou em integrados nos nossos Círculos Eleitorais regularmente visitamos as províncias, distritos, autarquias, visitamos as unidades económicas e sociais, para formarmos a nossa opinião sobre o pulsar da vida do país.

Aliás, refere o artigo 45 da Lei nº9/2002, de 12 de Janeiro, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) que a Conta Geral do Estado tem por objectivo evidenciar a execução orçamental e financeira, bem como apresentar o resultado do exercício e a avaliação do desempenho dos órgãos e instituições do Estado.

E a forma objectiva de avaliar o Governo em relação a esta matéria é irmos para o PES de 2018 e vermos, quais foram os objectivos e metas aprovadas pela Assembleia da República e o que é que efectivamente o Governo conseguiu realizar.

Assim por exemplo, quais foram os principais resultados do PES 2018:

Indicador	Aprovado	Realizado	Avaliação
Crescimento do PIB	5,3%	3,3% <i>Econom Emerg. - 1% Avançado, - 6.1% Mundial - 3%</i>	Excelente
Conter Inflação	11,9%	3,91%	Excelente
Valor exportações	\$4.122,00 milhões	\$5.195,60 milhões	Excelente
Reservas Internacionais Líquidas	\$2.202,00 milhões (6 meses de importações)	\$3.041,00 milhões (6,3 meses de importações)	Excelente
	ORÇAMENTO		
Receitas do Estado	222.859,7	213.032,2	95,6% - Excel
Despesa do Estado	302.928,1	289.889,9	95,7% - Excel
Défice	80.068,4	76.857,7%	96,0% - Excel

Excelências,

Conforme se pode ver, em 2018 o Governo teve um desempenho excelente em todos os principais indicadores do PES e do Orçamento do Estado. Isto não são simples números do papel.

Os grandes sucessos que o país está a registar têm uma marca que chama: FILIPE JACINTO NYUSI, Presidente de todos os moçambicanos.

Um Presidente com uma visão muito clara e que tem conduzido os destinos da Nação com alto sentido de Estado, colocando sempre em primeiro lugar os mais altos interesses do Povo Moçambicano.

Mas nós sabemos que existem aqui e lá fora alguns que não gostam e se incomodam com estes sucessos do nosso governo e do nosso Presidente FILIPE JACINTO NYUSI.

Desprovidos de argumentos no debate democrático, apegam-se sempre na questão da Dívida Pública, EMATUM, EMATUM, EMATUM como a causa das dificuldades dos moçambicanos. Recordo que esta é uma matéria que foi amplamente debatida nesta Magna, criamos aqui uma Comissão Parlamentar de Inquérito e alguns dos que tanto falam deste assunto, como o Deputado Venâncio Mondlane, integraram essa Comissão. Até era relator da Comissão. E falava todas as essas coisas que está a repetir aqui, infelizmente com a mesma falta de educação.

Produzimos um relatório muito profundo, onde denunciemos as violações à constituição e à lei, e remetemos a PGR. E é este relatório que tem sido referência de todos incluindo a KROLL, no Processo de Londres que a PGR contra aqueles que defraudaram o nosso Estado, porque está claro que por detrás dessas dívidas há um sindicato de crime organizado que à partir de grandes capitais mundiais, procuram afundar Estado com potencial de success como Moçambique, porque senão, como entender que Jean Bustani o orquestrador desse calote tenha sido absolvido. Portanto, o Deputado Venâncio não está a trazer nada de novo aqui neste debate.

O que repugna é a sua falta de pudor, de educação como trata as pessoas, neste caso o Ministro Adriano Maleiane, uma pessoa de família, integra que tem estado a trabalhar noite e dia para resolver problemas do País incluindo do próprio Deputado Venâncio. Senhor, se ainda em si resta algo de boa educação deveria pedir desculpa ao Senhor Ministro, tal como deveria pedir desculpas ao MDM, a quem defraudou com os malabarismos e falta de lealdade e honestidade que caracterizam a sua pessoa. Temos ouvido que deputado Venâncio é um Pastor, é comportamento de pastor esse? Em condições normais, quem deveria estar a contas da justiça é o próprio Senhor Deputado Venâncio, por burla, defraudação e falta de pudor. O MDM deve considerar intentar uma acção contra esse cidadão.

Excelências,

O que estamos aqui a dizer é que todos nós queremos que o endividamento público seja mantido em níveis sustentáveis. No entanto, não se pode correlacionar a dívida com a pobreza, se considerarmos que há muitos países desenvolvimentos com índices de endividamento superiores.

Mas porque esses países vivem um ambiente de paz conseguem sustentar a sua base econômica e proporcionar melhores condições de vida aos seus cidadãos, enquanto gerem o seu endividamento.

Portanto, o principal culpado da subida do custo de vida é a RENAMO que há mais de 44 anos vem destruindo o país, submetendo o povo a um clima de medo permanente.

Não faz sentido virem aqui dizer que há 45 anos de independência não houve desenvolvimento. Isso é pura mentira, o que é verdade é que ao longo desses anos todos, que a RENAMO nunca parou de matar pessoas, destruir bens públicos e da população. Isso é que retarda o desenvolvimento.

Nós a construir e eles a destruir. É aquela pergunta que costuma ser colocada em Lalaua, de que ***hi nimuxilaka nakhuwo-ahu, nyu munlatakavo, ninninisarye ethokwa*** (nós a moermos nosso milho e vocês a lamberem, como é que havemos de encher a peneira).

Por isso, a RENAMO deve parar de agitar o povo, deve parar de agitar os funcionários com promessas falsas de aumento de salário porque é a própria RENAMO que perturba o ambiente de paz.

A paz é que é fundamental para qualquer sociedade se desenvolver. A paz viabiliza o aumento da produção e da riqueza condição sine qua non para o aumento de salário.

Saudamos o Governo liderado pelo Presidente FILIPE JACINTO NYUSI tem sabido enfrentar a realidade da dívida não numa perspectiva escatológica, isto é, como se fosse o fim do mundo. Enfrentaram com determinação um problema solução

A coragem do Governo na reestruturação da dívida está a surtir efeitos positivos testemunhado pela retoma do apoio ao desenvolvimento por alguns parceiros estratégicos, como são os casos do Millennium Challenge Account, do FMI entre outros.

Parabéns Governo de Moçambique por estas conquistas!

Aliás, como diz um ditado popular lá na zona de Muatua ***“mulattu khonlivwa omala, onooleveleliwa”***, “não há ofensa que se compense na totalidade, o que é preciso é saber perdoar”.

Um aspecto importante a realçar tem a ver com os esforços do Governo no cumprimento das recomendações dadas pelas entidades fiscalizadoras, nomeadamente o Tribunal Administrativo e a Assembleia da República, através de aprovação de normas, regulamentos e diplomas orientadores conforme os casos.

Excelências,

Sobre a alegada concentração de recursos do orçamento no nível central. O senhor Ministro da Economia e Finanças tem explicado aqui várias vezes que os fundos do orçamento central não são todos eles aplicados em actividades que acontecem na sede dos ministérios.

Por exemplo, o livro escolar é adquirido com fundos do orçamento central mas é distribuído por todo o país. O mesmo acontece com os medicamentos, e há muitos exemplos.

Uma outra falácia que todos os dias é repetida nesta sala pelos deputados da RENAMO é o alegado roubo de votos. Esta é uma ladainha típica de um mau perdedor.

Os da RENAMO sabem que as causas da sua derrota estrondosa estão lá dentro. O povo está sempre atento. O povo nunca se deixou intimidar nem mesmo pela famigerada junta militar.

Isolados pelo povo, sem eira nem beira, nada lhes restava senão aquilo que só eles sabem fazer: guerras internas de carácter tribal e regional. E dividiram-se, metade à esquerda, metade à direita.

Uns juravam de pés juntos em não votarem no seu próprio candidato, outros ameaçavam-no à morte, este nem se quer podia fazer campanha na região onde ele era visto como *person non grata* pelos seus próprios membros. Como é que poderiam ganhar assim?

Mas é do domínio público que eles é que andaram a roubar votos, onde alguns deles saiam das suas habituais províncias para outras, usando indevidamente a capa de deputado para ameaçar os MMVs e delegados das outras candidaturas numa tentativa desesperada de roubar votos. Alguns foram denunciados e escorraçados pela vigilância popular.

Resultado: perderam vergonhosamente as eleições. Que fique claro de uma vez por todas, ninguém lhes roubou nada. o povo é que disse NÃO aos desorganizados. Eles mesmo estão conscientes disso. Até Ossufo Momade perdeu eleições na mesa onde ele votou na Ilha de Moçambique, o que mostra que mesmo a família distancia-se de vocês. Dai que, Contrariamente às outras vezes, desta vez os que conseguiram assento correram para tomar posse, cabisbaixos. Mas quando levantam a cabeça cantam a mesma canção de sempre de que lhes roubaram votos.

Por isso colegas aceitem que perderam as eleições por vossa culpa própria. E se teimarem essa vossa canção de que **“foram roubados votos”** ao vez de resolverem vossos problemas internos continuarão a perder ainda mais. E não venham depois dizer que não vos avisamos. E aí também nós iremos vos lembrar daquele mesmo músico que cantava ‘lafamba bicha’, ou seja, a fila continuará a andar.

Colegas,

Todo o mundo viu. A FRELIMO preparou-se e organizou-se para a vitória. Através da sua onda vermelha envolvente e inexorável que ninguém podia parar, a FRELIMO realizou uma das melhores e maiores campanhas eleitorais na história do multipartidarismo em África, levando analistas políticos de renome internacional a considerar a FRELIMO como **“one of the best political parties in Africa, probably in the world”**.

A vitória esmagadora da FRELIMO e de FILIPE JACINTO NYUSI em Outubro de 2019 é uma vitória inquestionável e justa. É a vitória do Povo Moçambicano.

Relativamente a pandemia da Covid -19 apelamos a todos os moçambicanos continuemos a observar as medidas de prevenção da pandemia do novo Coronavirus. Não baixemos a guarda e não achemos que é um sacrifício fortuito. A OMS reporta que tentaram relaxar as medidas de distanciamento social como a Alemanha, Coreia do Sul, Líbano, Irão estão a registar uma segunda vaga de reinfecções com o novo Coronavirus. Nós a FRELIMO devemos continuar a sensibilizar as populações para que adiram às medidas de prevenção e a prestar a nossa solidariedade. Isso não é politiquice

Senhor a Primeiro Ministro,

Senhores Ministros,

Nós temos grande orgulho do vosso trabalho. Graças a vossa capacidade, competência e alto sentido patriótico vocês demonstram com factos e trabalho que Moçambique não é e nunca será um Estado falhado como alguns pretendem. Vocês são uma equipa de Homens e mulheres sérios e responsáveis que não só carregam o peso das vossas famílias, mas trabalham noite e dia, sem descansar, para garantir que o país continue a andar para frente.

Continuem firmes, não se deixem estremecer por aqueles que para além de politiquices deveriam agradecer os vossos esforços, os esforços do Governo que garante o sustento dessas pessoas e das suas famílias.

Excelências,

Gostaria de terminar a minha intervenção fazendo alguns apelos:

1º PAZ EFECTIVA: Reiteramos o apelo à RENAMO para colaborar na conclusão do processo de desmilitarização, desmobilização e reintegração dos homens

armados, para que eles também possam retornar ao convívio familiar e social, que tanto precisam.

2º COMBATE AOS MALFEITORES: Saudação e reconhecimento as Forças de Defesa e Segurança pesa sua coragem e determinação na luta contra os malfeitores. Todos os moçambicanos, independentemente da diferenças político partidárias ou outras, devemo-nos unir na defesa da nossa soberania e da integridade territorial para debela os ataques terroristas na província de Cabo Delgado;

4º APROVAÇÃO DA CONTA GERAL DO ESTADO DE 2018: Porque não obstante algumas deficiências no funcionamento de sistemas e procedimentos, ela revela um desempenho extraordinário do exercício económico de 2018, num contexto nacional e internacional bastante adverso e desafiante.

Termino dirigindo uma saudação de muito carinho a todo o povo Moçambicano em particular a querida população de Nampula, meu circulo eleitoral, com votos de um Ramadan Kareem e na esperança de que superaremos a pandemia da Covid-19 e a vida voltará a normalidade.

Disse e muito obrigado.

Maputo, 14 de Maio de 2020